



rema

A criação do Transtorno do Déficit de Natureza: sobre a produtividade do biopoder¹

Thaís Presa Martins²

Universidade de São Paulo (USP)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4994-4902>

Nádia Geisa Silveira de Sousa³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4135-4986>

Resumo: O “Transtorno do Déficit de Natureza” (TDN) foi cunhado por Richard Louv, nos EUA, em 2005. O mesmo designa uma série de problemas de saúde aos quais estamos submetidos na atual conjuntura ocidental urbana, na qual o contato com a “natureza”, muitas vezes, é escasso. O estudo objetivou analisar ditos tomados como verdade sobre a construção do TDN, empregando os conceitos de disciplina e de biopolítica. Para tanto, o embasamento teórico-metodológico pautou-se pelos Estudos Culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas. Os excertos do livro e do manual examinados atuam como táticas do biopoder, educando os leitores e constituindo o entendimento sobre a falta de contato com a “natureza” vinculada à criação do TDN como uma “nova” estratégia de prescrições médicas para os sujeitos tomados como “anormais”, não saudáveis.

Palavras-chave: Relação Saúde/Natureza. Biopoder. Estudos Culturais.

La creación del Trastorno por Déficit de Naturaleza: sobre la productividad del biopoder

¹ Este artigo refere-se a um recorte da Tese de Doutorado da primeira autora. MARTINS, Thaís Presa. **O Dispositivo do Transtorno do Déficit de Natureza:** um estudo sobre a importância do contato com a “natureza” para a saúde dos sujeitos. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022, 379p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/239027>. Acesso em: 04 jul. 2024.

² Prof^a. Dr^a. do IFC-Campus Sombrio. Bióloga pela PUCRS, Especialista em Gestão da Qualidade para o Meio Ambiente pela PUCRS, Mestre e Doutora em Educação em Ciências pela UFRGS. Tutora pela FSP/USP. E-mail: tpmmartins@gmail.com

³ Prof^a. Dr^a. aposentada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: nadiagssouza@gmail.com

Resumen: El “Trastorno por Déficit de Naturaleza” (TDN) fue acuñado por Richard Louv, en EE.UU., en 2005. Designa una serie de problemas de salud a los que estamos sometidos en el actual contexto urbano occidental, en el que el contacto con la “naturaleza”, suele ser escasa. El estudio tuvo como objetivo analizar enunciados tomados como verdad sobre la construcción del TDN, utilizando los conceptos de disciplina y biopolítica. Por tanto, el fundamento teórico-metodológico estuvo guiado por los Estudios Culturales, en sus vertientes postestructuralistas. Los extractos del libro y manual examinados actúan como tácticas de biopoder, educando a los lectores y constituyendo la comprensión de la falta de contacto con la “naturaleza” ligada a la creación del TDN como una “nueva” estrategia de prescripción médica para sujetos tomados como “anormales”, no saludables.

Palabras-clave: Relación Salud/Naturaleza. Biopoder. Estudios Culturales.

The creation of Nature Deficit Disorder: about the productivity of biopower

Abstract: The “Nature Deficit Disorder” (NDT) was coined by Richard Louv, in the USA, in 2005. It designates a series of health problems to which we are submitted in the current western urban context, in which the contact with “nature”, is often scarce. The study aimed to analyze statements taken as truth about the construction of the TDN, using the concepts of discipline and biopolitics. Therefore, the theoretical-methodological foundation was guided by Cultural Studies, in its post-structuralist strands. The excerpts from the book and the manual examined act as biopower tactics, educating readers and constituting the understanding of the lack of contact with “nature” linked to the creation of the TDN as a “new” strategy of medical prescriptions for subjects taken as “abnormal”, not healthy.

Keywords: Health/Nature Relationship. Biopower. Cultural Studies.

Introdução

Nos estudos que venho desenvolvendo, concebo os sujeitos não como substâncias, mas como formas em movimento, sem identidades fixas; produzidos historicamente na e com a experiência – a racionalização de um processo provisório que resulta nos sujeitos. A subjetivação, ao meu ver, designa o próprio processo de constituição dos sujeitos, de suas subjetividades – possibilidades de organização de uma consciência de si. Olhar para o processo de constituição dos sujeitos consiste, assim, em se dirigir a como são inseridos em certos jogos de verdade, sendo tomados como objetos de conhecimento e de intervenção (Foucault, 2017).

Nessa perspectiva, delinea-se o problema do estudo: como verdades científicas relacionadas à saúde/doença e à natureza direcionam-se a sujeitos (discentes, docentes, comunidade escolar) com a finalidade de gerir suas atuações dentro e fora do ambiente da escola? Trata-se de examinar as relações entre verdade e sujeito, uma vez que os discursos verdadeiros integram os processos constitutivos das subjetividades, o que vem engendrando debates no campo social. Os “jogos de verdade” não se referem a disputas

para descobrir as “coisas verdadeiras”, mas sim “a um conjunto de regras de produção da verdade [...]; um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não, ganho ou perda” (Foucault, 2017, p. 276). O que certos sujeitos dizem será tomado como “verdadeiro” ou “falso” em dada sociedade, produzindo efeitos. Quem pode dizer a verdade são “indivíduos que são livres, que organizam um certo consenso e se encontram inseridos em uma certa rede de práticas de poder e de instituições coercitivas” (Foucault, 2017, p. 276) – como os médicos.

Compreendo a “natureza” também como uma invenção cultural, criada numa rede de sentidos (saberes/poderes, arquiteturas, documentos, políticas) cujas verdades orientam os nossos modos de sentir e de pensar sobre, de agir em relação à e de consumir a mesma. A natureza é uma construção profundamente marcada por certas percepções estéticas, éticas e morais, por meio das quais estabelecemos o que ver, o que admirar, o que conservar, o que proteger no “mundo natural” (Martins, 2016). Nas últimas décadas, diante das condições do modo de vida ocidental urbano com o ritmo frenético do processo de urbanização e o aumento exponencial do uso de tecnologias digitais, constata-se um afastamento do ser humano em relação à “natureza” (aqui, especificamente, tomada enquanto sinônimo de áreas verdes, parques, praças), o que gera uma discursividade sobre possíveis consequências para a constituição dos sujeitos e de suas subjetividades.

Louv (2016) afirma que tais conjunturas têm promovido efeitos negativos para a nossa saúde nos âmbitos físico e mental. O contato, especialmente das crianças e dos jovens – sujeitos em fase de desenvolvimento cognitivo, psíquico, motor –, com a “natureza” vem diminuindo; acarretando, por exemplo, aumento dos índices de sedentarismo/obesidade, miopia, estresse, ansiedade, depressão, Transtorno de Dependência de Tela, e Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Tal desconexão com a “natureza” e seus desdobramentos criaram condições para a criação

do termo “Transtorno do Déficit de Natureza” (TDN), cunhado pelo jornalista Richard Louv⁴, em 2005, nos EUA.

A expressão TDN surgiu no livro *best-seller* de Louv “*Last Child in the Woods: saving our children from Nature-Deficit Disorder*” (2005); traduzido para português como “A Última Criança na Natureza: resgatando nossas crianças do Transtorno do Déficit de Natureza” (2016). A obra é a primeira a reunir um “novo” e crescente corpo de pesquisas sobre o que vinha sendo agrupado sob a etiqueta de “*déficit de natureza*” –, indicando que a exposição direta à natureza é essencial para o desenvolvimento saudável de crianças e de adolescentes e para as condições de vida saudáveis em todas as faixas etárias (Louv, 2016).

Enquanto fator agravante do cenário relatado por Louv, entre 11 de março de 2020 e 05 de maio de 2023⁵ – portanto, por mais de três anos –, vivenciamos um marco na História da Humanidade: uma pandemia viral causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), cuja doença denominou-se “*COrona Virus Disease 2019*” (COVID-19), em português, “Doença por Coronavírus”. A mesma desconheceu quaisquer tipos de fronteiras físicas/territoriais ou virtuais/simbólicas (políticas, socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero), esteve por toda a parte. Obrigou-nos ao isolamento residencial ou, no limite, a sairmos de casa com o devido distanciamento social, com a utilização correta de máscaras de proteção individual, e a reforçarmos os cuidados com nossa higiene pessoal e domiciliar mais do que nunca nos últimos 100 anos (data da pandemia anterior). Porém, concomitantemente, nos compeliu a estarmos cada vez mais conectados às telas (*notebooks, tablets, smart phones, smart TVs, etc.*) nos momentos de trabalho e/ou de estudo, e, inclusive, de lazer (Martins; Souza, 2020).

⁴ Louv é especialista em *advocacy* pela infância, jornalista e autor de livros sobre família, natureza e comunidade (Louv, 2016).

⁵ Segundo decretos oficiais de início e de fim da pandemia. OPAS. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: [---

237](https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo. Acesso em: 04 jul. 2024.</p></div><div data-bbox=)

Sem enaltecer ou minimizar a importância do contato com a “natureza”, hoje, estamos diante de existências limitadas a espaços fechados, privados, confinados, encaixotados, e vinculadas, vigorosamente, ao uso de tecnologias digitais; num mundo voltado, de acordo com Bauman (2008), ao consumo e à criação de produtos a serem consumidos, num ciclo sem fim, no qual a felicidade e a saciedade não devem durar mais do que alguns instantes. Nesse sentido, indago sobre a produtividade da invenção de mais um transtorno – nesse caso, do *déficit de natureza*.

Em vista disso, o intuito do estudo foi analisar ditos tomados como verdades sobre a construção do TDN, através dos conceitos de disciplina e de biopolítica, a fim de olhar para a produtividade e os efeitos de táticas do biopoder. O embasamento teórico-metodológico pautou-se pelo campo dos Estudos Culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas, com inspiração nos estudos foucaultianos.

Os enunciados examinados consistem em excertos extraídos da obra de referência no qual o TDN foi cunhado, o livro “A Última Criança na Natureza: resgatando nossas crianças do Transtorno do Déficit de Natureza” (Louv, 2016), especificamente, da Parte I – “A nova relação entre crianças e natureza”, Cap. 3 “A criminalização do brincar na natureza”; e, também, do Manual de Orientação elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e pelo Programa Criança e Natureza da Organização Alana, intitulado “Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes” (Becker et al., 2019) –, atentando para prescrições médicas dirigidas a discentes, docentes e comunidade escolar, ao entender que se configuram como táticas do biopoder na atual sociedade ocidental urbana.

Notas sobre urbanização e medicalização da vida e das relações com a natureza/o meio

No Ocidente, discursos sobre a importância do contato com a natureza para a saúde dos sujeitos emergiram durante a Antiguidade Grega (400-300 a.C.) com Hipócrates de Cós, “o pai da Medicina”. Ele postulou a existência de quatro fluidos/humores principais do corpo (bile amarela, bile negra, sangue e linfa), que resultavam da mistura dos elementos da natureza (água, ar, fogo e terra), sendo a saúde o equilíbrio entre eles

(Bunge, 2012). A obra hipocrática caracteriza-se pela observação empírica, considerando não só o paciente, mas também o seu ambiente. No texto “Ares, Águas, Lugares”, Hipócrates discute fatores ambientais ligados às doenças, propondo uma ideia ecológica de saúde-enfermidade, sugerindo a noção de que regiões insalubres podiam propiciar a ocorrência de doenças (Scliar, 2007).

Na Europa do século XVIII, o processo crescente da urbanização e da constituição das cidades propiciou uma radicalização da ordem burguesa e do seu almejado “domínio humano” sobre o ambiente, materializado nos progressos técnicos da Primeira Revolução Industrial. Porém, a triunfante Indústria trouxe sua contrapartida: a degradação ambiental. No fim do século, a Grã-Bretanha liderava a produção mundial de carvão com cerca de 90%. O carvão, principal combustível, era utilizado para fins comerciais e domésticos, gerando desmedidas quantidades de resíduos. Assim, o fenômeno *smog* inglês (mistura de nevoeiro e fumaça) tornou-se a marca registrada das profundas alterações socioambientais oriundas do modo de produção industrial. Era notória a degradação do ambiente nas cidades pela contaminação do ar, pela disseminação de doenças e pelas péssimas condições de vida oferecidas aos trabalhadores (Carvalho, 2012).

Além disso, a Inglaterra sofria com os impactos de uma intensa explosão populacional, passando de 75% de população rural em 1700 para 85% de população urbana em 1800 – o que resultou em um crescimento desordenado das cidades industriais e, em uma alta concentração populacional constituída, sobretudo, por trabalhadores de baixa renda, expostos a ambientes insalubres de trabalho e de moradia. A experiência urbana condensava violência social e degradação ambiental como dois lados indissociáveis desse novo modo de produção (Carvalho, 2012). Para Carvalho (2012),

[...] A deterioração do ambiente urbano era, em muitos casos, ainda pior que nos dias de hoje. [...] Não havia coleta de lixo, saneamento adequado. Os trabalhadores se amontoavam em cortiços e eram submetidos a longas e penosas jornadas de trabalho. A propagação de epidemias era altíssima. Os relatos médicos da época registram um aumento significativo dos casos de doença mental, infanticídio e suicídio.

Também se tem conhecimento de grande difusão, neste período, de seitas e cultos de caráter apocalíptico (Carvalho, 2012, p. 57).

Sendo assim, a partir do século XVIII, a questão do “meio⁶” enquanto agente de saúde/doença desencadeia, por parte da medicina, intervenções autoritárias e medidas de controle; principalmente, acerca do espaço urbano em geral, visto que ele é, talvez, o ambiente mais perigoso para a população. Umidade; arejamento; sistemas de esgoto; localização dos bairros, dos cemitérios, dos hospitais, começaram a ser vistos como fatores condicionantes para as “boas” condições de saúde de uma população. A cidade é tomada como um objeto central a controlar, uma vez que pode difundir germes patológicos. Entre os séculos XVIII e XIX, as preocupações sociais voltaram-se às relações dos seres humanos enquanto espécie e às relações dos mesmos com o seu meio. De um lado, os efeitos geográficos, climáticos, hidrográficos – como o problema dos pântanos e suas endemias. De outro, o meio que não é “natural” – o problema das cidades (Foucault, 2008).

A cidade pensada caracterizava-se por um encerramento dentro de um espaço murado e denso, e por uma heterogeneidade econômica e social bastante proeminente em relação ao campo. Ademais, deveria propiciar intercâmbios econômicos permanentes (cidade-entorno), e proporcionar espaços de circulação (de ideias, vontades, ordens, produtos, pessoas). O planejamento das cidades se apoiou em duas bases principais: a disciplina (regulada por previsões, espaços vazios e artificiais), e a segurança (como o espaço era disposto, como as águas eram escoadas, etc.) –, ocupando-se da maximização dos elementos positivos da cidade, de fazer a circulação ocorrer bem, de minimizar os riscos (tanto de roubos quanto de doenças) (Foucault, 2008).

Concomitantemente, aprofundaram-se as compreensões sobre a interdependência e sobre os efeitos das condições do meio na constituição dos corpos e nos processos imbricados à vida saudável ou ao adoecimento dos sujeitos. Criou-se uma “nova”

⁶ Ao espaço de elementos aleatórios podemos dar o nome de “meio”. O meio “[...] é o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro corpo. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É, portanto, o problema circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio” (Foucault, 2008, p. 27).

discursividade científica/médica sobre a importância da natureza para a saúde e para o tratamento de doenças. De acordo com Carvalho (2012), o campo passou a ser tomado como espaço de saúde, integridade e beleza, e seus habitantes foram vistos não só como sujeitos mais saudáveis, mas também moralmente mais admiráveis que os da cidade. Iniciou-se um importante debate acerca do sentido do “bem viver”, “onde a natureza foi vista como um ideal estético e moral. Essa posição se expressou em inúmeras críticas às distorções da vida nas cidades, às intervenções, à violência contra animais, plantas, etc.” (Carvalho, 2012, p. 59).

Desde então, a operação da cidade como objeto a ser medicalizado intensificou-se e amplificou-se. Incluíram-se a projetos arquitetônicos e urbanísticos a disposição de hortas, jardins, praças, parques, áreas verdes públicas e privadas para o favorecimento das “boas” condições da saúde populacional, com mais e melhor tempo/espaço em contato com a natureza. Além disso, escolas “sustentáveis”, “verdes”, com elementos “naturais” enquadraram-se em um “novo” nicho de mercado – em expansão no mundo ocidental, inclusive no Brasil, especialmente desde o cenário pandêmico experienciado.

A necessidade de abordagem das questões socioambientais nas Escolas Básicas brasileiras não é algo recente, mas que vem sendo desenvolvido e ampliado desde os anos 1970. Recentemente, tais discussões vêm intensificando-se, embasadas por documentos internacionais como os “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2021); e o “Acordo de Paris”, um tratado global, adotado em dezembro de 2015 pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês), durante a 21ª Conferência das Partes (COP21). O Acordo rege medidas de redução de emissão de dióxido de carbono (CO₂), objetivando fortalecer a resposta à crise climática e reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos gerados por essa mudança (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, 2021).

Nessa conjuntura, os amplos impactos socioambientais acarretados pela COVID-19 vêm fortalecendo tais preocupações nos âmbitos local, nacional e global. Assim, a agenda socioambiental vem ganhando espaço nas escolas, tendo em vista seu proeminente papel

no ensino e na formação de cidadãos críticos e comprometidos. Um dos inúmeros exemplos dessas ações é o Movimento Escolas pelo Clima (RECONNECTTA, 2024), uma comunidade escolar comprometida com seu papel formativo, visando um mundo onde estudantes sejam capazes de agir em busca de soluções para o enfrentamento da crise climática em curso. A rede conecta educadores, disponibiliza curadoria em conteúdos sobre educação climática e dá visibilidade a escolas envolvidas com o tema. Atualmente, o movimento conta com mais de 945 mil estudantes, mais de 70 mil educadores, e 1.031 Instituições signatárias (sendo 72% oriundos da rede pública) no Brasil.

A criação do Transtorno do Déficit de Natureza (TDN)

Como dito, o TDN foi cunhado pelo comunicador Richard Louv, em 2005, nos EUA, no livro *“Last Child in the Woods: saving our children from Nature-Deficit Disorder”* – um *best-seller* com mais de 500 mil cópias vendidas, traduzido para 15 idiomas, e publicado em 20 países. Em 2016, passou a ser divulgado no Brasil – em parceria com a Organização Alana, particularmente, vinculado ao Programa Criança e Natureza –, sob o título “A Última Criança na Natureza: resgatando nossas crianças do Transtorno do Déficit de Natureza”. Tal obra foi pioneira em reunir um “novo” e crescente corpo de pesquisas (mormente, oriundas dos EUA e da Europa) sobre o que vinha sendo chamado de *“déficit de natureza”* –, indicando que a exposição direta à natureza é essencial para o desenvolvimento saudável de crianças e de adolescentes e para as condições de vida saudáveis de todos (Louv, 2016).

Segundo Louv (2016), o TDN é um termo guarda-chuva, com quatro eixos principais: a) saúde física: aumento dos índices de déficit de vitamina D, sedentarismo/obesidade, miopia; b) saúde mental: incremento de casos de ansiedade, estresse, depressão, Transtorno de Dependência de Tela, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); c) questões psicomotoras: redução dos níveis de equilíbrio, agilidade, criatividade para explorar o ambiente natural e brincar ao ar livre, e autoconfiança para, por ex., correr baixos riscos como subir em árvores; d) questões de sensibilidade e ética: prejuízo do desenvolvimento da habilidade de empatia e da sensação de pertencimento à

natureza, o que diminuiria as chances do futuro cidadão adulto engajar-se em prol de questões socioambientais e assumir o papel de “guardião da natureza”.

O livro “A Última Criança na Natureza: resgatando nossas crianças do Transtorno do Déficit de Natureza”, 2016, 1ª edição, é composto por 394 p., incluindo as seções: a) Agradecimentos; b) Prefácio; c) Introdução; d) Parte I – A nova relação entre crianças e natureza, com Cap. 1 - Dádivas da natureza; Cap. 2 - A terceira fronteira; Cap. 3 - A criminalização do brincar na natureza; e) Parte II – Por que os jovens (e o resto de nós) precisam da natureza, com Cap. 4 - Escalando a árvore da saúde; Cap. 5 - Uma vida de sentidos: a natureza *versus* a mentalidade sabe-tudo; Cap. 6 - A “oitava inteligência”; Cap. 7 - A genialidade da infância: como a natureza nutre a criatividade; Cap. 8 - Transtorno do déficit de natureza e o ambiente restaurador; f) Parte III – As melhores intenções: por que João e Maria não brincam mais lá fora, com Cap. 9 - Tempo e medo; Cap. 10 - O retorno da síndrome do bicho papão; Cap. 11 - Não saber muito sobre história natural: a educação como barreira para a natureza; Cap. 12 - De onde virão os futuros guardiões da natureza; g) Parte IV – O reencontro entre a natureza e a criança, com Cap. 13 - Levando a natureza para casa; Cap. 14 - A inteligência do medo: enfrentando o bicho-papão; Cap. 15 - Histórias da tartaruga: usando a natureza como professora moral; h) Parte V – A lousa da selva, com Cap. 16 - Reforma pela escola natural; Cap. 17 - O renascimento dos acampamentos; i) Parte VI – País das Maravilhas: abrindo a quarta fronteira, com Cap. 18 - A educação do juiz Thatcher: descriminalizar o brincar na natureza; Cap. 19 - Cidades selvagens; Cap. 20 - Onde estará o mundo selvagem: um novo movimento de retorno ao campo; j) Parte VII – Encantar-se, com Cap. 21 - A necessidade espiritual de natureza para os jovens; Cap. 22 - Fogo e fermentação: construindo um movimento; Cap. 23 - Enquanto dure; k) Notas; l) Sugestões de Leitura. Nessa organização, Louv aponta e discute o TDN, fortemente pautado por evidências científicas bio/psi/médicas. Ao final da obra, consta ainda um “Guia de campo para a última criança na natureza”, com: a) Anotações de campo – como um movimento está crescendo e como você pode se envolver; b) 100 ações possíveis – atividades na natureza para crianças e famílias; bons livros para crianças e famílias; sugestões para transformar as comunidades; atividades para empresas,

advogados e profissionais de saúde; maneiras como educadores, grupos de pais, professores e alunos podem promover a reforma pela escola natural; metas para o governo; construa o movimento; c) pontos de discussão – perguntas para grupos de leitura (“adultos”), salas de aula (“crianças e jovens”) e comunidades (“grupos comunitários”) (Louv, 2016).

A partir da publicação e da grande repercussão social do livro *“Last Child in the Woods”*, Louv convocou um “Movimento da Nova Natureza”, que reconhece a interconexão de toda a vida na Terra, incluindo plantas, humanos e outros animais. Desse apelo à ação nasceu a *“Children & Nature Network”* (Rede Criança & Natureza) – uma rede internacional, pautada pelos valores de equidade, inclusão e diversidade, que tem como missão aumentar o acesso equitativo à natureza para que as crianças e o mundo “natural” possam prosperar, e como visão um mundo no qual as crianças tenham acesso aos benefícios da natureza em todos os lugares onde vivem, aprendem e brincam (Children & Nature Network, 2021).

Conforme dados da Children & Nature Network (2021), o TDN não pretendia ser um diagnóstico médico, embora médicos, educadores, pais e cuidadores reconheçam seu profundo impacto nas crianças. A expressão serviu como um “grito de guerra” para um movimento internacional de líderes intersetoriais que trabalham para garantir que as crianças tenham acesso igualitário à natureza. Esses líderes baseiam seu trabalho em um crescente corpo de evidências que destaca o papel crítico da natureza no desenvolvimento saudável das crianças – e a crença de que todas as crianças merecem se beneficiar do tempo gasto regularmente brincando e aprendendo ao ar livre.

O movimento *“Children & Nature Network”*, em certa medida, foi e vem sendo alimentado pelo interesse da própria organização, mas vai além. Em 2006, o *EcoAmerica* (grupo de *marketing* de conservação) contratou a *SRI Consulting Business Intelligence* (empresa de consultoria) para realizar uma pesquisa abrangente sobre os valores ambientais dos estadunidenses, relativos a assuntos como saúde, animais, aquecimento global, e impostos. O presidente do *EcoAmerica*, Robert Perkowitz, relatou que foi bastante esclarecedor notar que a maior preocupação compartilhada em relação à

natureza dizia respeito à alienação das crianças. Dentre os mais de 70 grandes fatores de desenvolvimento global, a *World Future Society* (Sociedade sobre o futuro mundial) classificou o “Transtorno do Déficit de Natureza” como o quinto mais importante (Richard Louv, 2008).

Na direção de pensar acerca da produtividade que emerge, na atualidade, sobre a importância de relações entre saúde e natureza, analiso o excerto do livro “A Última Criança na Natureza: resgatando nossas crianças do Transtorno do Déficit de Natureza”, no qual Louv (2016) apresenta o que cunha como TDN:

Excerto 1 - Então, por enquanto, **chamaremos o fenômeno de transtorno do déficit de natureza**. Nossa cultura é tão cheia de jargões e tão dependente da medicalização que hesito em introduzir esse termo. [...] **não estou sugerindo que esse termo represente um diagnóstico médico**. Mas quando falo sobre o [TDN] com grupos de pais e educadores, o sentido da expressão fica claro. O [TDN] descreve os custos da alienação em relação à natureza, incluindo a diminuição no uso dos sentidos, a dificuldade de atenção e índices mais altos de doenças físicas e emocionais. [...]. **O transtorno pode ser detectado individualmente, em famílias e em comunidades – pode até alcançar o comportamento humano nas cidades**, o que acaba afetando sua estrutura, uma vez que estudos consagrados relacionam a ausência de parques e espaços abertos (ou a inacessibilidade a eles) a altos índices de criminalidade, depressão e outras mazelas urbanas. [...] o [TDN] pode ser reconhecido e revertido, individual e culturalmente (Louv, 2016, p. 58, grifos nossos).

O excerto 1 mostra-nos que Richard Louv – comunicador, sem formação na área da saúde – demonstra certo cuidado ao utilizar o termo TDN, ao poder adquirir o sentido de “*diagnóstico médico*” e reverberar de modo medicalizante; indicando a que se refere: “*os custos da alienação em relação à natureza, incluindo a diminuição no uso dos sentidos, a dificuldade de atenção e índices mais altos de doenças físicas e emocionais*”. No entanto, ao lançar mão de uma série de estudos científicos (sobretudo, dos EUA e da Europa) de diversas áreas do conhecimento – Ecologia Humana, Eco Psicologia, Medicina Psiquiátrica, Medicina Pediátrica, Neurociências –, em seu livro, utiliza-se de “evidências científicas” para embasar a importância do que vinha sendo agrupado, até então, como *déficit de natureza* (falta de contato com a natureza) em relação a condições favoráveis de saúde.

Ao reunir pesquisas, pesquisadores, dados e comprovações científicas, juntamente com narrativas de entrevistas que ele mesmo realizou com crianças e jovens estadunidenses, afirma não ver outra alternativa a não ser classificar o fenômeno como *“transtorno’ do déficit de natureza”*.

A criação de tal “objeto”, assim nomeado, ao articular discursos bio/psi/médicos sobre benefícios da natureza à saúde e malefícios da falta de contato com a natureza à doença, faz pensar sobre a circulação, a correlação, e os efeitos dos “ditos verdadeiros” nas sociedades, conforme as épocas. A respeito disso, Foucault (2015, p. 51-52) diz que “a verdade não existe fora do poder ou sem o poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”, que opera a partir dos discursos que faz funcionar como verdadeiros; dos mecanismos e das instâncias que distinguem os enunciados verdadeiros dos falsos; dos modos como se sancionam uns e outros; das técnicas e dos procedimentos valorizados para obter a verdade; do estatuto de quem têm o encargo de dizer o que funciona como verdade. A “economia política da verdade” age através do discurso científico e da incitação política/econômica. Assim, ditos científicos, mormente médicos, vêm tendo papel central enquanto regras do que será tomado como “verdade” para os sujeitos; sobretudo, no que se refere aos “bons” cuidados com a sua saúde.

Ressalto que não estou julgando a construção do TDN, nem concordando com ou discordando do que se diz, mas sim, olhando para a sua produtividade e para os efeitos de sua criação enquanto objeto discursivo. Tal exercício possibilita pensar, talvez, com mais espaços de “liberdade”, sobre as “novas” práticas de interpelação dos sujeitos em relação a questões socioambientais e de saúde vigentes.

Nessa direção, a criação discursiva do TDN nos remete à construção dos “fatos científicos” – criados em e por redes de cientistas –, discutida por Latour; Woolgar (1997, p. 105-106). Segundo os autores, no espaço do laboratório, o Hormônio Liberador da Tireotrofina (TRH), por exemplo, é aceito como um “fato” quando acompanhado das descrições: “regula a liberação de [Hormônio Estimulante da Tireoide] TSH pela hipófise”,

“sua fórmula química é Pyro-Glu-His-Pro-NH₂”, “pode ser encontrado nesta ou naquela firma de produtos químicos”. Evidenciando que um fato científico funciona como um instrumento na pesquisa, poupando os cientistas de “fontes de ruído”, uma vez que elimina uma das inúmeras variáveis desconhecidas implicadas nas análises e nos experimentos científicos. No entanto, para além dessas redes científicas, sem etiquetas para identificá-los, o TRH e o TSH não existem, visto que passam a estar fora de seu contexto de produção e de compreensão, da sua rede específica de práticas sociais.

Sendo assim, um “fato científico” é uma construção, possível a partir de elementos discursivos e não discursivos e só existirá quando fizer sentido para membros de uma determinada rede em um dado tempo/espaço. “Objetos” e “fatos” são produções sociais, históricas, culturais. A fim de estabilizar os processos de produção, ocultam-se a sua história, os cientistas que os afirmam, os instrumentos que permitem a sua medição, a calibração dos instrumentos que os certificam, as disputas nos diferentes campos das instituições científicas envolvidas, etc. Logo, a ciência é um produto das circunstâncias consideradas independentes das práticas científicas – o que justificaria o movimento de tentar “eliminar” qualquer traço de circunstância, a fim de tornar possível a existência de “objetos estáveis” (Latour; Woolgar, 1997) –, como, nesse estudo, o TDN.

O funcionamento das redes, aqui bastante sintetizado, envolve os fatores/atores citados e diversos outros, visto que a dinâmica contemporânea se renova velozmente e, a meu ver, é de difícil apreensão. Não podemos precisar onde uma rede começa e a outra termina, mas podemos ver parte de seus movimentos entrelaçados em ação. Nesse sentido, o objeto TDN apoia-se em redes ambientais, sociais, políticas, arquitetônicas, urbanísticas, científicas, psicológicas, médicas, pedagógicas, midiáticas, empresariais, etc., exemplificando o quão fortemente tramadas são essas diferentes redes –, operando como um “Dispositivo do TDN⁷”.

⁷ O conceito foucaultiano “Dispositivo” designa uma rede de relações estabelecida entre elementos heterogêneos: instituições, arquiteturas, regramentos, leis, medidas administrativas, discursos, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. Ele apresenta a relação que pode existir entre esses diversos elementos, pois se trata de uma formação que tem por função responder a uma urgência em um dado momento, com determinada estratégia (Foucault, 2015) – nesse caso, o TDN.

O significativo acúmulo de “dados científicos” em destacadas “publicações científicas”, analisadas por “especializados especialistas” e reunidos na obra de Louv (2016), (com)provando a importância de que estar em contato com a natureza é fundamental para a manutenção das “boas” condições de saúde dos sujeitos, criam as circunstâncias para a emergência do TDN. Uma vez cunhado, tem-se um ponto de partida para que “novas” práticas de promoção/prevenção de saúde possam ser estabelecidas – o que denomino como “medicalização das relações sujeito-natureza”.

Logo, a saúde enquanto valor em si mesmo, como padrão a partir do qual se pode julgar e/ou rejeitar comportamentos e condutas, ganha uma nova “roupagem” – estar em contato suficiente com a natureza e ser classificado como sujeito “normal”, saudável, ou não estar em contato suficiente com a natureza e ser classificado como sujeito “anormal”, que apresenta um *déficit*, uma falta. Toma-se como critério a avaliação dos riscos implicados, através de inúmeras “verdades científicas” que “revelam” problemas de ordens física, mental e emocional decorrentes do *déficit de natureza*.

Além de indivíduos isolados, certos grupos populacionais também poderiam desenvolver TDN, principalmente, sujeitos que habitam áreas urbanas com pouco ou nenhum acesso a áreas verdes. Assim, o TDN pode atuar tanto por meio de tecnologias do poder disciplinar quanto de biopolíticas. As técnicas disciplinares centram-se no corpo, produzindo efeitos individuais para torná-lo útil e dócil (incentivo a mudanças comportamentais como levar as crianças para brincar em praças regularmente); enquanto que a biopolítica centraliza-se na vida, agrupando os fenômenos populacionais, que procura identificar, prever, controlar, visando à homeostase (estímulo à criação de áreas verdes nas cidades).

Temos, portanto, ambas tecnologias do corpo: a primeira, do corpo individualizado e capaz (sujeito “normal”); a segunda, dos corpos e de seus processos biológicos que ocorrem em conjunto (população sem *déficit de natureza*). O poder que toma posse da vida, incumbindo-se tanto do homem-corpo quanto do homem-espécie é o biopoder – o poder de assegurar a vida, organizá-la, fazê-la proliferar; poder de fabricar algo novo, no caso, a criação do TDN e seus efeitos de poder.

Nessa perspectiva, passo a olhar para o Manual “Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes”. O documento apresenta bases legais nacionais e internacionais; benefícios científicos da natureza para a saúde; recomendações da SBP; orientações para pediatras, educadores e escolas, famílias, crianças e adolescentes; materiais de apoio (livros, filmes, entrevistas, modelo de “receita verde” médica). Nessa pesquisa, atentarei para ditos presentes na sua seção 3 – “Orientações para Educadores e Escolas”. Ela exhibe 13 prescrições médicas, a respeito de: a) desenvolver estratégias para aumentar as oportunidades de brincar e de aprender ao ar livre; b) pensar e planejar os espaços da escola a fim de facilitar o acesso da comunidade escolar ao ar livre e à natureza; c) ampliar a concepção de que o aprendizado ocorre somente dentro da escola, especialmente, nas salas de aula, e valorizar os espaços ao ar livre; d) ouvir as crianças e os adolescentes acerca dos espaços escolares; e) planejar o pátio escolar e a inserção de diversos elementos organizados de forma intencional podem aumentar não só as possibilidades do brincar, mas também a qualidade do ensino curricular (matemática, ciências, escrita) e a motivação dos alunos e dos professores em engajar-se no processo de ensino e aprendizagem; f) ampliar a riqueza das experiências sensoriais é desejável no ambiente escolar, atentando para a qualidade e a diversidade sensorial dos materiais (“naturais”) selecionados; g) oportunizar o consumo de alimentos que reforcem a conexão da criança com a natureza, incentivando hábitos alimentares saudáveis; h) requalificar as rotinas escolares, preconizando tempo livre e atividades ao ar livre, com equilíbrio entre atividades dirigidas e recreio; i) atentar para o fato de que o contato das crianças com a natureza não deve ocorrer somente em atividades de “educação ambiental” associadas a estudos, mas também de modo livre, em experiências através das quais a criança consiga vincular-se emocionalmente com a natureza; j) ter consciência de que os benefícios são mútuos: crianças e adolescentes precisam da natureza, assim como a natureza precisa deles; k) planejar e executar processos formativos que aprimorem o olhar do educador para os espaços escolares e outros territórios educativos, pois para desemparedar as crianças é preciso desemparedar-se; l) envolver as famílias no processo de desemparedamento, visto que podem ser

importantes apoiadoras; m) oportunizar a ocorrência de “riscos benéficos” para o desenvolvimento integral das crianças, como subir em árvores (Becker et al., 2019).

O Manual, ao prescrever condutas⁸ não só para educadores, mas para toda a organização, a estrutura, a arquitetura e o funcionamento das Instituições Escolares, atua como uma tática do biopoder que opera em duas frentes interdependentes – a disciplina e a biopolítica. A primeira por meio de práticas que incentivam estudantes e professores a terem mais e melhor tempo individual em contato com a natureza no ambiente escolar e além dele, em prol de sua “boa” saúde. A segunda através de prescrições médicas voltadas à regulação dos pensamentos e das ações da comunidade escolar como um todo, apontando intervenções na organização dos tempos, dos espaços, das rotinas, das atividades pedagógicas e “livres”, das grades curriculares, dos materiais, dos alimentos, da formação docente, do envolvimento escolar com as famílias (agentes centrais para o “bom” governo das crianças e dos adolescentes) – objetivando o estímulo ao contato com a natureza, a fim de prevenir a incidência de TDN na população. Em síntese, o poder disciplinar e a biopolítica articulados terão como finalidades: a promoção e a prevenção da saúde dentro e fora dos muros da escola; a ampliação do contato com a natureza individual e comunitariamente, e a redução da incidência de doenças do *déficit de natureza*.

Em última análise, o Manual induz mudanças nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das Instituições Escolares – documentos norteadores das atividades e dos projetos educativos voltados aos processos de ensino e de aprendizagem que regem as Escolas Básicas no Brasil –, amparando-se em uma série de documentos nacionais e internacionais para (com)provar as “verdades científicas” que faz circular: o problema coletivo da ausência do contato com a natureza através de intervenções pedagógicas para

⁸ Compreendo que “conduta” se refira ao ato de conduzir os sujeitos (através de mecanismos de poder) e ao modo como se comportar frente às possibilidades. O exercício do poder opera através da condução das condutas dos outros, ordenando probabilidades. O governo, em seu amplo sentido, desde o século XVI, refere-se à maneira de dirigir condutas de indivíduos e de grupos (almas, crianças, famílias, doentes, etc.). Assim, nesse estudo, governar significa estruturar o possível campo de ação de “sujeitos livres” – sujeitos individuais ou coletivos que têm possibilidades de outras condutas ou reações que “fogem” ao instituído (Foucault, 2009).

amenizá-lo e/ou resolvê-lo. A fim de exemplificar o funcionamento dessas verdades, discuto um excerto sobre a importância de certa organização dos pátios escolares:

Excerto 2 – [...] pesquisas demonstram que o planejamento do pátio escolar e a inserção de diversos elementos organizados de forma intencional podem aumentar não só as possibilidades do brincar, como também a qualidade do ensino curricular – matemática, ciências, escrita – e a motivação dos alunos e professores em engajar-se no processo de ensino e aprendizagem. [...]. Cada escola deve adaptar, organizar e usar seu espaço de acordo com seu terreno, recursos financeiros e, principalmente, de acordo com sua trajetória pedagógica. Muitas vezes, as escolas contam também com a participação das famílias nesse processo, por meio da doação de materiais e de mutirões para organização dos espaços e construção de brinquedos e outras estruturas (Becker et al., 2019, p. 13).

Direcionadas à comunidade escolar, seus sujeitos, sua natureza/seu meio, tais recomendações pautam-se pelo saber/poder médico e por suas “verdades científicas”, conforme as quais os pátios escolares “naturais” conferem mais condições de saúde, de aprendizado qualificado (em áreas como matemática, ciências e escrita), e de engajamento aos processos de ensino e de aprendizagem tanto por parte de crianças/adolescentes quanto de docentes. Assim, o planejamento / a organização do pátio torna-se mais uma das obrigações das Instituições de Ensino em prol da “boa” formação de seus alunos. Tais alterações “naturais” podem trazer contribuições para a melhoria das condições de saúde da escola e de seus agentes; porém, não configuram garantias de que isso ocorra.

Apesar de elencar ressalvas acerca de diferenças entre terrenos, recursos financeiros e trajetórias pedagógicas, o documento parece desconsiderar a existência de distintas realidades históricas e absolutamente desproporcionais entre as Escolas Básicas no Brasil, em âmbitos culturais, socioeconômicos, socioambientais, regionais, estaduais, municipais, etc. Esses complexos e sistêmicos problemas agigantaram-se com a pandemia de COVID-19, a ponto de inúmeras escolas públicas terem estado fechadas durante meses, por não disporem de mínimas condições para a garantia dos cuidados individuais e coletivos com a higiene (tais como água, sabonete, álcool, ambientes arejados e espaços para o devido distanciamento entre as classes, os discentes e o docente); restringindo,

ainda mais, as possibilidades de acesso ao ambiente escolar, aos processos de ensino e de aprendizagem, e a adaptações em prol de (mais e melhor) contato com a natureza.

Considerações Finais

A medicina, ao definir o que é “normal” / “anormal” devido à potência de seu discurso científico, circula pelo campo social em posição semelhante a uma “verdade dogmática”; articulando-se a técnicas de governo, tornando-se o saber legitimado em todas as esferas sociais, atuando sobre nossos corpos e entremeando-se com a cultura (Foucault, 2008). Assim, os ditos analisados tomados como “verdades científicas” sobre a criação do objeto TDN, utilizam-se de discursos bio/psi/médicos sobre benefícios da natureza/saúde para classificar os sujeitos “normais” e malefícios do *déficit de natureza/doença* para os “anormais”, interpelando-nos e subjetivando-nos; promovendo “novas” práticas de saúde – a “medicalização das relações sujeito-natureza” –, e produzindo intervenções disciplinares e biopolíticas dirigidas a discentes, docentes e comunidade escolar das Escolas Básicas do Brasil.

Desde a conjuntura pandêmica, pondero que o tema desse estudo adquiriu ainda mais relevância, ainda mais urgência de vir à tona e de ser debatido. Para assim, talvez, (re)pensarmos os modos como ensinamos e construímos as relações entre a nossa saúde (física e mental) e o contato com a “natureza”, e (re)criarmos os modos como somos subjetivados pelas verdades científicas/médicas – predominantemente dirigidas ao caminho medicamentoso.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. MEDEIROS, C. A. (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2008, 199p.

BECKER, Daniel; SOLÉ, Dirceu; TING, Emmalie; EISENSTEIN, Evelyn; MARTINS FILHO, José; FLEURY, Laís; SILVA, Luciana Rodrigues; BARROS, Maria Isabel Amando de.; GHELMAN, Ricardo; WEFFORT, Resende Silva. **Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes** – manual de orientação: grupo de trabalho em saúde e natureza. 2019. 26 p. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/beneficios-da-natureza-no-desenvolvimento-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BUNGE, Mario. **Filosofia para Médicos**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2012, 207 p.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A Questão Ambiental e a Emergência de um Campo de Ação Político-Pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Sousa de (Orgs.). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 55-67.

CHILDREN & NATURE NETWORK. **About**. 2021. [Internet]. Disponível em: <https://www.childrenandnature.org/about/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, Volume V: ética, sexualidade, política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017, 325 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, Tradução, Revisão Técnica MACHADO, Roberto. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, 431 p.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução BRANDÃO, Eduardo. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 572 p.
LATOURETTE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, 310 p.

LOUV, Richard. **A Última Criança na Natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza**. Tradução AZUMA, Alyne; BELHASSOF, Cláudia. 1 ed. São Paulo: Aquariana, 2016, 412 p.

MARTINS, Thaís Presa. **As Naturezas de Natura Ekos: vídeos publicitários constituindo consumidores “sustentáveis”**. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, 210 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/143381>. Acesso em: 04 jul. 2024.

MARTINS, Thaís Presa; SOUZA, Nádia Geisa Silveira de. **“Ecologia política” em tempos do novo coronavírus: por onde andar a suposta superioridade humana?** v. 12, n. spec, 2020. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/1100>. Acesso em: 04 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. **Acordo de Paris**. 2021. [Internet]. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o->

mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/acordo-de-paris. Acesso em: 04 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2021. [Internet]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 04 jul. 2024.

RECONNECTTA. **Escolas pelo Clima**. 2024. [Internet]. Disponível em: <https://www.reconnectta.com/escolaspeloclima>. Acesso em: 04 jul. 2024.

RICHARD LOUV. **Children and Nature Movement**: how a movement is forming and how you can get involved. [Internet]. 2008. Disponível em: <http://richardlouv.com/books/last-child/children-nature-movement/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

SCLIAR, Moacyr. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS**: Rev. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, n. 17, v. 1, 2007. p. 29-41.

Submetido em: 04-07-2024

Publicado em: 17-04-2025